



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1247/1993

Que dispõe sobre a concessão de direito real de uso de área de propriedade da Municipalidade para o fim que especifica.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder à SOLAR-CONSTRUTORA DE ITANHANDU LTDA e a INDÚSTRIA DE PÁPEIS PARA EMBALAGENS IRMÃOS SIQUEIRA LTDA – IPAPÉIS, o direito real de uso da área constante da Rua Antônio Pessoa para a realização do projeto de construção de um prédio em regime de condomínio e incorporação.

§1º A área cedida por força desta lei, tem as seguintes medidas e confrontações:

- a) pela frente, medindo 9,95 metros, confronta com a Rua Rodolfo Hess;
- b) pelos fundos, medindo 9,95 metros, confronta com o Rio Passa Quatro;
- c) do lado direito, medindo 180,50 metros, confronta com a Indústria de Papéis para Embalagens Irmãos Siqueira Ltda.;
- d) do lado esquerdo, medindo 182,00 metros, confronta com o Estádio Municipal.

§2º O projeto de construção do prédio mencionado no **caput** deste artigo será executado por SOLAR-CONSTRUTORA DE ITANHANDU LTDA E IPÁPEIS-INDÚSTRIA DE PÁPEIS PARA EMBALAGENS IRMÃOS SIQUEIRA LTDA em terreno concedido conforme descrito no parágrafo anterior.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Passa Quatro receberá pela concessão da área, sem nenhum ônus, um apartamento no mencionado prédio, de número 101-C, conforme projeto arquitetônico devidamente legalizado.

§1º Ao final da obra de construção do prédio, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei que vise efetivar a permuta, devidamente documentado, com cópia do projeto de engenharia e avaliação dos imóveis a serem permutados realizada por instituição oficial, sem reposição ou torna em dinheiro ou qualquer outro bem por parte do Poder Público Municipal.

§2º Fica estabelecido o prazo máximo de 72 (setenta e dois) meses para a efetivação da permuta, sob pena de nulidade da concessão de que trata a presente Lei.

Art. 3º Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar todos os documentos necessários à realização do projeto.

§1º Tais documentos se referem à legalização da obra nos órgãos competentes e não poderão trazer nenhum tipo de ônus nos cofres públicos.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º Nos documentos a serem assinados pelo Executivo se fixarão todos os prazos para efetivação do projeto e conclusão da obra.

Art. 4º O Executivo Municipal poderá, a título de celebração, promover a movimentação necessária de terra para o preparo do terreno onde se edificará a obra, bem como promover a limpeza de seu canteiro de obra, desde que tais serviços não comprometam o normal funcionamento de seus serviços.

Parágrafo único. Os serviços mencionados no **caput** deste artigo, quando realizados, deverão ser um ônus para os partícipes do empreendimento.

Art. 5º A fonte de água existente no local da obra será transferida para outro local, previamente escolhido pelo Executivo, e será efetuada a cargo da empresa mencionada no **caput** do artigo 1º desta lei, sem solução de continuidade no seu fornecimento de água à população.

Art. 6º Na divisa do terreno com o Estádio Municipal, deverá ser construído um muro divisório em toda a sua extensão, sob a inteira responsabilidade da empresa SOLAR-CONSTRUTORA DE ITANHANDU LTDA, portanto, sem nenhum ônus para a Municipalidade.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de junho de 1993.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 19 de junho de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Diretor Administrativo